

## Entrevista

**Maria de Belém Roseira** Presidente do Conselho Geral da Fundação para a Saúde e coordenadora da Comissão para uma nova Lei de Bases da Saúde vai estar nos Açores

# A Saúde é um investimento e uma incubadora de atividades de alto valor

PAULA GOUVEIA  
pgouveia@acorianooriental.pt

**Vai participar a 28 de junho no Fórum sobre o Serviço Regional de Saúde, promovido pela Ordem dos Enfermeiros, num painel sobre a “Tentação do conjuntural e a necessidade do estrutural”. Em que aspetos é necessário um consenso para uma visão estrutural do Serviço Nacional de Saúde ?**

Estou muito honrada com o convite que me dirigiram no ano passado, permitindo-me guardar este tempo na agenda. Coloco muitas expectativas na realização deste encontro, desta reflexão coletiva.

(...) Na Comissão, fizemos uma leitura integrada da Constituição, precisamente por causa desse enquadramento e essa inter-relação entre vários direitos fundamentais. E desenvolvemos os princípios consagrados quer na Constituição, quer na jurisprudência do Tribunal Constitucional, mas também em muitos instrumentos do Direito Internacional Público que, já tendo sido ratificados pelo Estado Português, integraram o nosso ordenamento jurídico numa posição hierarquicamente superior à da legislação nacional.

Ao fazê-lo, consideramos que era fundamental: em primeiro lugar, saúde em todas as políticas, um compromisso que decorre do Tratado de Lisboa, no âmbito do direito comunitário. Definimos também que, em termos de políticas de saúde, tem de se dar cada vez mais atenção à prevenção - temos que evitar que os cidadãos adoeçam, e a acontecer que seja o mais tarde possível. Portugal tem indicadores de excelência neste domínio, mas tem um indicador preocupante que é o da qualidade de vida e da vida sem doença a partir dos 65 anos. Consideramos que tem de constituir um de-

signio nacional aproximarmo-nos desses melhores indicadores, através de intervenção adequada, não só da melhor relação e articulação entre as políticas para todas convergirem para possibilitarem melhor saúde e bem-estar, como também atuando preventivamente, o que pressupõe a articulação entre variados atores no terreno - públicos, da economia social e privados.

Abordamos também políticas específicas em relação a algumas matérias que são muito importantes como a saúde mental, muito sublinhada num relatório da OCDE que ficou publicado depois do nosso trabalho estar pronto. Também políticas no domínio da genómica, das pessoas mais velhas, e políticas viradas para a garantia da Saúde Ocupacional.

Para fazer isso, obviamente precisamos de profissionais bem preparados e precisamos de uma grande abertura à inovação e à investigação. E precisamos de colocar os cidadãos no centro do sistema que é obviamente o objetivo central de qualquer política de saúde e de qualquer sistema de saúde. E, para o fazer, nós precisamos de ter novos modelos prestadores que devem eles próprios também ser inseridos no desenho das carreiras profissionais, uma vez que consideramos que a progressão na carreira deve por concurso público e por mérito. (...)

A Saúde é um investimento, porque só sendo saudáveis é que as pessoas são produtivas. Já está demonstrado o retorno que tem o investimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS), em termos da economia do país. E também já está demonstrado que a área da Saúde é uma incubadora natural de atividades económicas de alto valor acrescentado. E portanto também tem de ser



DIANA QUINTELA

**Maria de Belém Roseira vai participar no Fórum sobre o Serviço Regional da Saúde no dia 28 de junho**

olhada nesse sentido... num país onde parece que o que se afeta no Orçamento ao Serviço Nacional de Saúde é uma despesa e não um investimento.

**A proposta de Lei de Bases da Saúde em discussão no parlamento nacional tem estado envolta em polémica, em especial por causa das Parcerias Público-Privadas. Os consensos têm sido difíceis nos aspetos marcadamente ideológicos. Na sua opinião, em que deve centrar-se este debate?**

Eu já tive ocasião de transmitir nomeadamente na audição que fiz na Assembleia da República, que a questão ideológica foi debatida na altura da elaboração da Constituição que estabeleceu que o SNS é o pilar estruturante do Estado para a satisfação do direito à proteção da Saúde. Essa questão está completamente clarificada. Quando o SNS foi criado houve partidos que votaram contra ele e neste momento não há nenhum partido na AR que não considere a importância central do SNS. Penso que as questões dos modelos da gestão das instituições do SNS devem ser debatidas quando se discutir o Estatuto do SNS, porque é aí que realmente deve ter lugar.

O que estabelecemos como princípio no nosso projeto de Lei de Bases e que acabou por ser incorporado pelo menos parcialmente na proposta de lei do governo foi a avaliação do critério da necessidade e dos critérios da transparência nessa relação.

**Nessa proposta que foi apresentada pela Comissão que coordenou havia alguma preocupação em relação à complementaridade do SNS e do Serviço Regional de Saúde (SRS)?**

Tem de haver por um lado regulação do Estado, porque é indispensável numa atividade desta natureza, porque as garantias de qualidade, de execução, de competência na execução, etc., têm de ser assumidas pelo Estado, através dessa regulação. E depois há a articulação necessária que tem os seus desenvolvimentos em diplomas complementares.

**Já foi ministra da Saúde. Qual é a sua opinião sobre o Serviço Regional da Saúde e sobre esta relação entre os dois serviços?**

A autonomia regional também passa pela existência de um serviço de saúde próprio. Da mesma maneira que nos comparamos em termos globais, temos de estar sempre a fazer a comparação no âmbito da UE, mas não só. E com os indicadores de saúde que existem nos outros países, temos também de fazer uma análise dos indicadores regionais e reduzir quaisquer desigualdades que por ventura existam. A política de saúde tem de estar sempre em evolução, no sentido de garantir os melhores níveis de saúde para todos. E portanto, tem de se analisar os indicadores alcançados, e nos que não estão como deveriam estar, identificar as razões. E identificar também se há necessidade de agilizar mecanismos de articulação com o SNS no continente, seja com o que é garantido em termos de circulação europeia. ♦